

Para dar ao trabalho a dimensão da complexidade necessária, deverão ser envolvidos profissionais das áreas de Informações de Saúde, Epidemiologia e Planejamento das Instituições envolvidas no Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), firmando, dessa maneira, a co-responsabilidade dessas instituições no Sistema, tanto a nível estadual, como nacional.

Maria Lúciq Lebrão  
Nilza Nunes da Silva  
Isildinha Marques dos Reis  
Maria do Rosário D. de O. Latorre  
Departamento de Epidemiologia — FSP/USP  
Ilara Hamerly  
Departamento de Informações de Saúde/  
Secretaria de Planejamento da Diretoria  
Geral do INAMPS

**Nota:** Os interessados em obter o documento completo, podem solicitá-lo a:  
Maria Lúcia Lebrão  
Av. Dr. Arnaldo, 715  
01255 — São Paulo, SP — Brasil

Senhor Editor: Foi com satisfação que lemos, na Revista de Saúde Pública de São Paulo, artigos de dois dos mais eminentes especialistas em Educação em Saúde na atualidade, Helen P. Cleary e Lawrence W. Green, publicados nos números 1 e 3 do presente ano. A respeito dos mesmos passaremos a fazer alguns comentários.

A 8ª Conferência Nacional de Saúde marcou o início de um amplo processo de transformações no Sistema de Saúde do país. Dela decorrente, a Reforma Sanitária passou a representar a síntese de todas as recomendações e propostas apresentadas em turbulentos debates de representação nacional, fundamentada no processo de municipalização e em novos tipos entre os setores público e privado.

Como órgão formador, a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo tem sido responsável pelo treinamento de grande parte dos recursos humanos do setor saúde. Dentro deste contexto, consideramos de interesse desenvolver uma pesquisa no sentido de avaliar como o atendimento médico-sanitário implícito e explícito na Reforma Sanitária estava se processando, no que concerne à dimensão educativa.

Era objetivo precípuo caracterizar as responsabilidades e competências dos educadores de saúde com vistas à manutenção da unidade profissional no novo sistema de saúde, mediante a identificação e discussão dos padrões mínimos da prática educativa. Esta idéia inicial, nos anos de 1984, 1985 e 1986, recebeu amplo apoio da Diretoria da Faculdade de Saúde Pública e dos então Secretários da Saúde do Estado e do Município de São Paulo, por reconhecerem, nela, uma proposta concreta e de interesse operacional imediato. Aliadas ao inusitado entusiasmo de Marilyn Rice, "Regional Advisor in Health Education" da OPAS/OMS, estas circunstâncias tornaram possível a realização de tal estudo.

Dividia-se a pesquisa em questão em quatro fases. Na primeira fase aplicaram-se questionários em amostra constituída por educadores de saúde das redes de atendimento das Secretarias da Saúde do Estado e do Município de São Paulo, com conteúdo referente à importância e à frequência de competências técnicas pertinentes às sete grandes responsabilidades da prática da Educação em Saúde. Na segunda fase, aplicaram-se questionários em uma segunda amostra de educadores de saúde, daquelas mesmas instituições, inquirindo-os a respeito do grau de importância dos objetivos relacionados às competências mais valorizadas pelo primeiro grupo. Todos estes dados foram, na terceira fase, discutidos em Reunião Internacional realizada em Itu, em maio de 1987, à qual compareceram educadores de saúde de ambas as redes de atendimento de São Paulo, desta vez não mais por amostragem, mas por seleção. Durante estas três fases, fomos assessorados pelo Prof. Lawrence W. Green (Diretor) e pela Dra. Judith M. Ottoson, ambos do "Center for Health Promotion Research and Development" da Universidade do Texas, em Houston, e pela Dra. Helen P. Cleary, do "Department of Family and Community Medicine" da Faculdade de Medicina da Universidade de Massachusetts, sempre com a ativa participação de Marilyn Rice, da OPAS/OMS.

Durante a Reunião Internacional de Itu sentimos intensamente a ousada remodelação da paisagem administrativa proposta pela Reforma Sanitária e, com ela, a aspiração idealista de colocar as decisões onde estas, a nosso ver, sempre deveriam ter estado — nos Municípios. Sentimos também que os educadores de saúde ali reunidos estavam já, em termos de suas experiências profissionais, procurando mostrar como poderia ser o futuro da prática educativa, de forma a torná-la mais inteligível em função da atual megatendência descentralizadora.

Foi considerando a necessidade de tornar permanente todo o conjunto de idéias expostas nesta reunião, que solicitamos a Marilyn Rice e aos demais especialistas estrangeiros que participaram da mesma, como consultores "ad hoc" da OPAS/OMS, a reelaboração, por escrito, de suas exposições verbais para que, deste modo, pudesse seu conteúdo ser divulgado em nosso meio.

A quarta fase, em atual desenvolvimento, diz respeito à identificação de indicadores da ação educativa a nível local e abrange, em esforço conjunto, a equipe multiprofissional de alguns centros de saúde. Esperamos que, no futuro, este esforço inovador leve ao estabelecimento de critérios referendados, contribuindo, assim, para a melhor definição do papel e das funções dos educadores de saúde nas Secretarias do Estado e dos Municípios de São Paulo.

São Paulo, junho de 1988.

Nelly Martins Ferreira Candeias  
Departamento de Prática de Saúde Pública-FSP/USP